PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO _____



COMPROVANTE RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA:			
			ADO:
	e-mail		
МС	ODALIDADE: PREGÃO PRI	ESENCIAL	N.° 61/2014
	SAL MENORES E ADULTO		D DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM RETARIA DE ESPORTE E LAZER
Obtivemos, através do a convocatório da licitação		sp.gov.br 1	nesta data, cópia do instrumento
Senhoria preencher o re		l e remetê-	tua empresa, solicitamos a Vossa -lo ao Setor de Licitação, por meio p.gov.br
comunicação, por meio	de e-mail, de eventuais rio, bem como de qualo	esclarecim	tapetininga da responsabilidade da nentos e retificações ocorridas no rmações adicionais, não cabendo
Local:	.,,	 _ de	de 2014.
Nome por Exte	enso:		
	RG. n.°:		

ASSINATURA



____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 61/2014

PROCESSO N.º 116/2014

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA REALIZAÇÃO: dia 09.06.2014 às 09:00 (nove) horas

LOCAL: SALA DA CPL - I

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL, MENORES E ADULTOS - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO).

PREÂMBULO

O Exmo. Sr. Luis Antonio Di Fiori Fiores Costa, Prefeito Municipal, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO (presencial), do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL MENORES E ADULTOS - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO)., que será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de janeiro de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Esta licitação atende a solicitação de compras de n.º: 2559 da Secretaria de Esporte e Lazer - Protocolo n.º: 15345/1/2014.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

O Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no mesmo endereço abaixo, estando o edital e anexos também disponíveis no site da Prefeitura Municipal (www.itapetininga.sp.gov.br).

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na data de **09 de junho de 2014 às 09:00 horas**, na sala da Comissão Permanente de Licitações – CPL - I, localizada na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, em Itapetininga (SP), e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

I - DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL MENORES E ADULTOS SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO).
- 1.1.1 Vimos pelo presente justificar a solicitação de compra 2559/2014, referente à contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para jogos de futsal, da categoria de menores e adultos, tendo em vista que o evento faz parte do calendário de atividades da Secretaria de Esporte e Lazer.

II - DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 2.2 Pessoas Jurídicas que se enquadrem na definição de prestadores de serviços do objeto da presente licitação;



_ ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 2.3 Em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no país, aquelas que apresentem as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, sendo representadas por procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos;
- 2.4 Não poderão participar desta licitação:
- 2.4.1 Pessoas Jurídicas que estejam suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga e/ou foram declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
 - 2.4.2 Pessoas Jurídicas que se encontrem sob o regime falimentar.
 - 2.4.3 Empresas estrangeiras que não funcionem no País.
 - 2.4.4 Consórcios ou grupo de empresas.

III - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 3.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 3.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 3.4 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 3.5 Os documentos já apresentados na fase de credenciamento são dispensados na fase de habilitação.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 4.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deverá ser apresentada **FORA** dos Envelopes n.º 01 (Proposta), junto ao CREDENCIAMENTO.
- 4.2 A declaração de microempresas ou empresas de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** dos envelopes nº. 01 (Proposta), junto ao CREDENCIAMENTO.
- 4.3 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

ENVELOPE N°. 01	ENVELOPE N°. 02
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61
PROCESSO N°. 116	PROCESSO N°. 116
"PROPOSTA COMERCIAL"	"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"



ESTADO DE SÃO PAULO _____

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 5.1 A proposta, nos termos do item 4.3 da cláusula IV, deverá ser apresentada datilografada ou digitada, respeitado o vernáculo, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, devendo conter:
- 5.1.1 item (compatível com o objeto descrito), e especificação técnica completa, sem prejuízos das especificações definidas no **ANEXO I**;
- 5.1.2 identificação completa do serviço, constando inclusive a marca e procedência dos materiais;
- 5.1.3 Preços unitários e totais líquidos, fixos e irreajustáveis, expressos em moeda nacional corrente, por item, CIF-ITAPETININGA/SP, entregue na forma da cláusula IX deste instrumento, inclusive descarga. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o serviço do objeto da presente licitação;
- 5.1.4 Prazo de validade da proposta, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de entrega das propostas;
- 5.2 Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- 5.3 Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- 5.4 Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação", nos termos do item 4.3 da cláusula IV, deverá conter os documentos a seguir:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de <u>sociedades comerciais</u>;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de <u>sociedades civis</u>, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de <u>empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país</u>, quando a atividade assim o exigir.
- 6.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- 6.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 6.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo a sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 6.1.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- 6.1.2.3.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;



____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 6.1.2.3.2 Certidão Negativa **ou** Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;
- 6.1.2.3.3 Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social INSS mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
- 6.1.2.3.4 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- 6.1.2.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão negativa nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei, nº 5.452 de 01/05/1943 (Lei nº 12.440/2011).
- 6.1.2.4 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Termo de Contrato;
- 6.1.2.5 O proponente que desejar fazer uso do direito da Lei Complementar nº 123/6 de 14 de dezembro de 2006, que trata de MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, deverá apresentar a <u>DECLARAÇÃO</u> que se enquadra na citada lei, FORA do envelope de Proposta, conforme modelo contido no ANEXO V.
- 6.1.2.6 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 6.1.2.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério deste Ente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- 6.1.2.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

6.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 6.1.4.1 Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Publico, ou suspensa de contratar com a Administração e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (Anexo III);
- 6.1.4.2 Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Anexo IV);
- 6.1.4.3 Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital (Anexo VIII);
- 6.1.4.4 Declaração que detém pleno conhecimento dos regulamentos da Secretaria de Esportes e Lazer;
- 6.1.4.5 -Declaração de que detém pleno conhecimento do Código de Justiça Desportiva.
- 6.1.4.6 Declaração da proponente de que possui disponibilidade do serviço ofertado (Anexo IX).
- 6.1.4.7 Em virtude das disposições contidas no art. 430 do Código Tributário Municipal a proponente deverá apresentar declaração que não possui débitos tributos e multas com os cofres públicos municipais, conforme modelo (Anexo VII).

6.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO



____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 6.2.1 A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via Internet com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data de encerramento da licitação se outro prazo de validade não constar dos documentos, exceto para o documento solicitado no item 6.1.3.1 deste Edital;
- 6.2.1.1 A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;
- 6.2.1.1.1 As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93, no ato de abertura do envelope respectivo desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos após a autenticação requerida ao representante legal presente.
- 6.2.2 É facultada às licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados pelo Certificado de Registro Cadastral CRC, expedido por qualquer Órgão Público, desde que em plena validade, e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
- 6.2.2.1 para sua aceitação, o Certificado de Registro Cadastral deverá ter sido expedido com observância dos artigos 28 ao 31 da Lei n.º 8666/93.
- 6.2.2.2 O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 6.1.2.3; 6.1.2.3.1; 6.1.2.3.2; 6.1.2.3.3; 6.1.2.3.4; 6.1.2.3.5; 6.1.3.1; 6.1.4.1; 6.1.4.2; devendo ser apresentados por todos os licitantes.
- 6.2.3 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:
- 6.2.3.1 se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;
- 6.2.3.2 se a licitante for a <u>filial</u>, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da <u>matriz</u>;
- 6.2.3.3 se a licitante for a <u>matriz</u> e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a <u>filial</u>, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da <u>matriz</u> e da **filial** simultaneamente.

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 7.1 Nos horários e locais indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 10 (dez) minutos.
- 7.2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 7.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 7.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo serviço não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital;
 - c) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- d) não apresentem prospectos técnicos ilustrativos, ou manuais originais do fabricante, dos produtos ofertados, que contenham com detalhes seus dados técnicos.
- 7.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 7.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.



_ ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 7.4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
 - 7.4.1 Para efeito de seleção será considerado o **PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.
- 7.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre **o** *preço unitário por item*.
- 7.6.1. Havendo empate, será assegurada a preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.6.2 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preco.
- 7.6.3 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.
- 7.6.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 7.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.8 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 7.9 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 7.10 Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 7.11 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 7.12 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
 - a) substituição e apresentação de documentos, ou
 - b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 7.12.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 7.12.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 7.13 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 6.2.2 e subitens da Cláusula VI, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral apresentado.



ESTADO DE SÃO PAULO ____

- 7.14 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 7.15 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 7.16 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do Termo de Contrato pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 8.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 8.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 8.5 O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.6 A adjudicação será feita **por item**.
- 8.7 Nos eventuais recursos, a Recorrente deverá observar o seguinte:
 - 8.7.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 8.7.2 quando encaminhadas via FAC-SÍMILE, as razões do recurso serão válidas por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os memoriais originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 8.7.3 as razões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes nº 1.000 Jardim Marabá, Térreo, Itapetininga (SP);
- 8.7.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados memoriais.
- 8.8 Homologado o certame a vencedora será notificada via fax, ou correspondência (AR) ou correio eletrônico (e-mail institucional), ou em Publicação no Diário Oficial do Estado a critério da Administração, para que a empresa compareça para assinar o Contrato, munida de toda documentação exigida para fins de assinatura do instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar:
 - a) no caso de envio via fax a contar da data do comprovante de envio de fax.
 - b) no caso de correspondência a contar da data de recebimento do AR pelo destinatário.
 - c) no caso de publicação em Diário Oficial do Estado a contar da publicação.
 - d) no caso de correio eletrônico a contar da data do envio de e-mail.

IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

- 9.1 Os serviços objeto do Anexo I deste Edital serão executados pela empresa vencedora da licitação, diretamente nos locais dos eventos, após a solicitação dos mesmos pelo responsável indicado para este fim pela da Secretaria de Esportes e Lazer.
- 9.1.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 9.2 Os serviços objeto do Anexo I do Edital e da Cláusula Primeira deste Termo de Contrato serão executados pela contratada, diretamente nos locais dos eventos, após a solicitação dos mesmos pelo responsável indicado para este fim pela da Secretaria de Esportes e Lazer.
- 9.3 Os materiais, equipamentos, mão de obra e demais encargos necessários para a execução dos serviços nos eventos serão fornecidos pela contratada para a realização dos serviços.
- 9.4 Os serviços executados pela contratada somente serão aceitos se estiverem concluídos e aceitos pelo responsável indicado para este fim pela Secretaria de Esportes e Lazer, quando em contrário, a contratada, depois de atendidas todas as exigências, executará novamente os serviços.
- 9.5 Constatada qualquer irregularidade na execução dos serviços, a contratada, obrigar-se-á a refazê-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato nos termos legais.
- 9.6 A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com o Edital.
- 9.7 A contratada se compromete a executar os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 9.8 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária, os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 9.9 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 9.10 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo, acrescido de 0,5% (meio por cento) de juros de mora ao mês.
- 9.11 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com a Previdência Social (INSS), FGTS e Certidão de Regularidade com a Justiça do Trabalho, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a contratada tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
- 9.12 Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a contratada não fará juz a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos produtos motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens da Cláusula Décima deste Termo de Contrato.
- 9.13 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 9.14 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo IPCA/IBGE, ou outro índice que o Governo Federal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usado a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores a apresentação da proposta.
- 9.15 Estando os serviços em conformidade com o solicitado, o responsável indicado para este fim pela Secretaria de Esportes e Lazer vistará no verso da nota fiscal.
- 9.16 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.
- 9.17 Os serviços prestados deverão estar de acordo com as Resoluções CNE nº.: 01/2003, Código Brasileiro de Justiça Desportiva e Resolução 29/2009 do Ministério Estadual de Esporte.
- 9.18 Os produtos e os serviços deverão estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos <u>arts. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal</u> e <u>art. 48 de suas Disposições Transitórias</u>.
- 9.19 A empresa contratada se obriga a relatar em súmula, as principais ocorrências dos jogos, fornecendo cópias da súmula de jogo para cada equipe participante, ao final de cada partida.
- 9.20 A empresa contratada deverá, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, apresentar as súmulas originais das partidas à organização da Secretaria de Esportes e Lazer.

X - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 10.1.1 Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;



____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 10.1.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, conseqüente aceitação.
- 10.2 Será rejeitado no recebimento, o serviço realizado com especificações diferente da constante no ANEXO I e na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 9.4 da Cláusula IX deste Edital.
- 10.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria de Esportes e Lazer, **imediatamente**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, **imediatamente**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

XI - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 11.1 O pagamento será realizado no prazo de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de entrega efetiva de cada parcela dos produtos empenhados e apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide item 15.1.1) acompanhada dos respectivos RECIBOS DE ENTREGA e dos comprovantes de regularidade perante o INSS, FGTS e JUSTIÇA DO TRABALHO, sendo que os recursos financeiros serão atendidos pela dotação orçamentária vigente no orçamento do ÓRGÃO GERENCIADOR para o exercício de 2014 e as correspondentes para os exercícios futuros, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Ata de Registro de Preços, advindo do orçamento do exercício de 2015, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações, verificada a sua disponibilidade na ocasião de cada pedido de compra.
- 11.1.1 A nota fiscal eletrônica, na prestação de serviços, fica condicionada a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica.
- 11.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 11.3 A Órgão Gerenciador não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 11.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo, acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês.
- 11.5 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com a Previdência Social (INSS, FGTS e Certidão de Regularidade com a Justiça do Trabalho, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a contratada tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
- 11.5.1 na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a contratada não fará juz a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio na realização do serviço motivado pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens 12.1, 12.3 e 12.4 da cláusula XII deste edital.
- 11.6 Para fins de pagamento a contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

XII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO



ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 12.1 A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de apresentar a documentação necessária para sua celebração ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 12.2 A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato.
- 12.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 12.3.1 advertência;
- 12.3.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 12.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 12.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 12.3.3 desta cláusula.
- 12.3.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 12.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 12.3, subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;
- 12.3.5.2 da sanção estabelecida no item 12.3, subitem 12.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 12.4 O atraso injustificado na realização do serviço, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual da cláusula 12.3.2.
- 12.5 Tudo o que for prestado incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 10.3 deste edital;
- 12.5.1 a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 12.3 deste edital e subitens.
- 12.6. As sanções previstas nos itens 12.1, 12.2, 12.3, 12.4 e subitens poderão ser aplicados cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- 12.7 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 12.7.1 não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Administração e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

XIII - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 13.1 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 13.1.1 As petições deverão ser protocoladas junto ao Departamento de Protocolo, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, Itapetininga (SP), dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo legal.
- 13.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 13.1.3 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.
- 13.2 Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:
 - 13.2.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 13.2.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, as razões do recurso serão válidas por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os memoriais originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 13.2.3 os documentos deverão ser protocolados no Departamento de Protocolo, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, Itapetininga (SP);
- 13.2.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.2 De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.
- 14.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 14.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 14.4 O Comunicado de Abertura de licitação, aviso contendo o resumo do edital do presente certame será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Estado e no Semanário Oficial de Itapetininga.
- 14.5 Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados, resultado e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- 14.6 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do contrato ou instrumento equivalente.
- 14.7 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 14.8 Integram o presente Edital:
 - Anexo I Descrição do Objeto do Certame;
 - Anexo II Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
 - Anexo III Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
 - Anexo IV Modelo de Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;
 - Anexo V Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
 - Anexo VI Modelo de Procuração para Credenciamento; e
 - Anexo VII Declaração de Inexistência de Débitos Municipais.
 - Anexo VIII Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital;
 - Anexo IX Declaração de Disponibilidade;
 - Anexo X Termo do Sistema de Registro de Preços.
 - Anexo XI Minuta do Termo de Ciência e de Notificação



____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

14.9 - A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.

14.10 - Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado: no Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1º andar, Itapetininga (SP), telefones: (0xx15) 3376-9552/9838/9639, quando o assunto se relacionar com os termos do presente edital e na Secretaria de Esportes e Lazer pelo telefone: (0xx15) 3271-7342, quando o assunto se relacionar com o objeto do presente edital.

Itapetininga, 22 de maio de 2014.

LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA PREFEITO MUNICIPAL



____ ESTADO DE SÃO PAULO ____

ANEXO I

Ref.: PROCESSO N.º 116/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014

Compreende o objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL MENORES E ADULTOS - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO).

Item	Quant.		
01	400	UND	Arbitragem para jogos de Futsal. Categoria menores, sendo 12x12min para Sub 08, 09 e 10, e 15x15min para sub 12, 14 e 16.
02	200	UND	Arbitragem para jogos de Futsal. Categoria adultos, sendo 20x20min.

• CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO ANEXO I:

- 01) Não serão admitidos à participação na execução dos serviços solicitados neste Anexo, de empresas e/ou funcionários que estiverem cumprindo penalidades de suspensão imposta pela Comissão Disciplinar Especial de Justiça Desportiva ou pela Administração Direta do Estado de São Paulo, bem como se isso ocorrer durante a vigência do Termo de Contrato, sob condição de rescisão do Termo de Contrato sem prejuízos na aplicação das penalidades impostas neste Edital e no Termo de Contrato;
- 02) Todos os árbitros deverão ter capacidade técnica e credenciamento junto à federação e ou ligas, a qual deverá ser atestada pela empresa vencedora;
- O3) A empresa vencedora deverá dispor de funcionários fisicamente aptos para a execução dos serviços constantes no Anexo I deste Edital na modalidade específica em que atua, comprovado na assinatura do Termo de Contrato através de Atestado Médico contendo data, com nome, número do CRM e assinado pelo profissional que avaliou o estado físico do interessado;
- 04) O Atestado Médico deverá ter sua validade por 12 (doze) meses contados da data de sua emissão e poderá ser atualizado 30 (trinta) dias antes do término de sua validade;
- O5) Comunicar a Organização da Secretaria de Esporte e Lazer, por escrito e com antecedência mínima de O3 (três) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços, ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- 06) Quando houver alterações de jogos e rodadas ou cancelamentos dos mesmos, previamente comunicado pela Organização do Evento, não acarretará custos para a Prefeitura.
- 07) Uma vez confirmada a realização dos jogos, assim como a presença das equipes e dos responsáveis pela arbitragem naquela rodada, será inaceitável a ausência dos árbitros das partidas. Também não serão permitidos atrasos, uma vez que definido o horário da partida, a arbitragem deverá estar em campo, com antecedência de 30 (trinta) minutos, para assim proceder às vistorias necessárias nos equipamentos fornecidos pela Organização.
- 08) A empresa vencedora responsabiliza-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.
- 09) Manter sigilo, sob pena, de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da Secretaria de Esporte e Lazer ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;



ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 10) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Esporte e Lazer, cujas reclamações se obrigam a atender;
- 11) A Secretaria de Esporte e Lazer realizará reuniões de orientação visando o incremento na qualidade das ações e à resolução de pendências e/ou eventuais conflitos na relação dos credenciados;
- 12) A Secretaria de Esporte e Lazer manterá equipe de Orientação Técnica disponível para atender os credenciados nos esclarecimentos de dúvidas e fornecimento de orientação, nos casos que assim o requeiram;
- 13) A empresa vencedora deverá relatar em súmulas, as principais ocorrências dos jogos e deverá ainda fornecer cópias das súmulas às equipes logo após o término da partida.
- 14) A empresa vencedora deverá, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, apresentar as súmulas das partidas à Organização da Secretaria de Esporte e Lazer.
- 15) A empresa vencedora é responsável pelo transporte e alimentação dos árbitros e mesários contratados.
- 16) A empresa vencedora deverá apresentar sua equipe de arbitragem devidamente uniformizada com materiais próprios, como súmulas, apitos, cronômetros, bandeira e cartões.
- 17) Os jogos poderão ocorrer simultaneamente em mais de um local, sendo necessário mais de uma equipe de arbitragem, de acordo com a tabela a ser elaborada pela Organização do evento. Essa tabela deverá ser apresentada até 02 (dois) dias que antecedem aos jogos.
- 18) Os serviços prestados deverão estar de acordo com as Resoluções CNE nº.: 01/2003, Código Brasileiro de Justiça Desportiva e Resolução 29/2009 do Ministério Estadual de Esporte; e
- 19) O serviço deverá estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;
- 20) O valor total estimado da presente contratação é de R\$ 75.800,00 (setenta e cinco mil e oitocentos reais)

ANTONIO MARCOS DA SILVA POLYCENO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO "DECLARAÇÃO"

	"DECLARAÇÃO"
	I PAL DE ITAPETININGA CIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.º 1	116/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014
	(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
as penas da Lei, que ci	<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob umpre plenamente aos requisitos de habilitação.
	Por ser verdade assina a presente
	de de 2014.
	Razão Social da Empresa

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

"DECLARAÇÃO"

	PAL DE ITAPETININGA CIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.º 1	16/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014
	(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
as penas da Lei, que n	DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob ão foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração stá suspensa de participar em processos de licitação ou impedida de
contratar com a Pre	efeitura Municipal de Itapetininga, e que se compromete a comunicar
ocorrência de fatos sup	ervementes.
	Por ser verdade assina a presente.
	de de 2014.
	Razão Social da Empresa
	Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador
	N.º do documento de identidade



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

"DECLARAÇÃO"

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL
Ref.: PROCESSO N.º 116/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
DECLARAR , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)
Por ser verdade assina a presente.
de de 2014.
Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIAR-SE DA LEI COMPLEMENTAR 123.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: PROCESSO N.º 116/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato
nvocatório, que a empresa
enominação da pessoa jurídica), CNPJ nº é Microempresa ou
apresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de
de dezembro de 2006 cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a
ercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão
esencial nº/2013, realizado pelo Município de Itapetininga, Estado de São Paulo.
Local e Data.
Nome do representante
RG n°·

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA _____ ESTADO DE SÃO PAULO ______



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ref.: PROCESSO N.º 116/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014

Pelo presente instrumento particular de Procuração e pela melhor forma de direito, a
empresa, inscrita no CNPJ/MF sob
n.º, neste ato, representada por seu sócio-
gerente Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.ºn e CPF
n.º, nomeia e constitui seu representante o(a) Sr(a),
portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º
confere poderes para representar a empresa outorgante no PREGÃO PRESENCIAL N.º / 2013,
instaurado pela Prefeitura Municipal de Itapetininga, em especial para firmar declarações e atas,
apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou
desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima
indicado.

Local e data.

Assinatura do responsável pela outorga

Obs: Na apresentação desta procuração a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.



____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

"DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO

Ref.: PROCESSO N.º 116/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
DECLARAR , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não possui débitos de tributos e multas com os cofres públicos municipais, estando em conformidade com as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal ¹ , e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
Por ser verdade assina a presente.
de de 2014.

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

¹ **Artigo 430** - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas com os cofres públicos municipais, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração do Município.

Parágrafo Único - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL

"DECLARAÇÃO"

	À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
ef.:	PROCESSO N.º 116/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014
	(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso d suas atribuições legais, vem:
	DECLARAR , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei que está de pleno acordo com as condições e exigências do Edital referente ao Pregã Presencial nº.: XXX/XXXX e Processo nº.: XXX/XXXX e aceitam a cumprirem fielmente.
	Por ser verdade assina a presente.
	de de 2014
	Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO _____



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL I At. – PREGOEIRO OFICIAL	DE ITAPETININGA
Ref.: PROCESSO N.º 116/2	2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014
neste ato convocatório, que pessoa jurídica), CNPJ nº _ dos demais meios para a r	RO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas a empresa (denominação da tem disponibilidade dos produtos e realização do objeto, conforme Anexo I do Edital referente ao Pregão Processo nº.: 123/2013, para a realização do objeto deste certame no al da presente licitação.
Local e Data.	
_	Nome do representante
	RG n °:



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO X

Ref.: PROCESSO N.º 116/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61/2014 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAPETININGA, com sede a Praça dos Três Poderes n.º 1.000 em Itapetininga, Estado
de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 46.634.291/0001-70, doravante denominada
ÓRGÃO GERENCIADOR, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr.
, residente à Rua
, n°, nesta cidade de Itapetininga/SP, portador do
RG n.º e do CPF/MF n.º, considerando o julgamento
do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº @@/2014, publicado
no DOU do dia XX/XX/XXXX, a respectiva homologação, conforme fls do
Processo nº ##/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa NOME DA
EMPRESA VENCEDORA, CNPJ NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA VENCEDORA,
atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta
Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis n.º
8.666/1993 e 10.520/2002, e alterações, do Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de
janeiro de 2013 e do Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de 2013 e demais
normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 - A **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, por força do presente ajuste, se obriga a fornecer, quando verificada a necessidade pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, os seguintes produtos:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE	VALOR UNIT R\$

CLÁUSULA SEGUNDA DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 Constituem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, estando a ela vinculados, como se nesta estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:
 - 2.1.1 Edital de Pregão Presencial Nº _____/2014.
 - 2.1.2 Termo de Referência.
 - 2.1.3 Proposta de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
- 3.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador não será obrigado a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo condições.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS



____ ESTADO DE SÃO PAULO ____

4.1 Os preços registrados, a especificação do material e ou serviço, o quantitativo, as marcas, as empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes na proposta de preços.

CLÁUSULA QUINTA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretarias de Esporte e Lazer, através do servidor **Jair Bacon**, no seu aspecto operacional e legal.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE

6.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado em Imprensa Oficial, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de janeiro de 2013 e do Decreto Municipal nº. 1.050 de 04 de junho de 2013 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 - O foro para dirimir questões relativas a presente Ata de Registro de Preços será o Foro da Comarca de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias.

Itapetininga,..... de de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunhas:		
1	2	
Nome:	Nome:	
RG:	RG:	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO _____



ANEXO XI

MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO de ITAPETININGA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA NOME DA EMPRESA:

Ata nº:	_/2014							
овјето: со	NTRATAÇÃO	DE EMPRESA	A PARA	PRESTAÇÃO	DE SER	viços di	E ARBIT	RAGEM
PARA JOGO	S DE FUTSA	L MENORES	E ADU	LTOS - SEC	RETARIA	DE ESPO	ORTE E	LAZER

(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO).

Advogado(s): Procuradores Municipais

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

·	•	•	
Itapetininga.	de	de	

LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPETININGA

EMPRESA DETENTORA DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REPRESENTANTE RG n.º

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA _____ ESTADO DE SÃO PAULO _____



CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA **CONTRATADA:**

Ata nº:___/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL MENORES E ADULTOS - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO).

CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O CONTRATO

Nome: LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA
Cargo: Prefeito Municipal
RG nº: 3.360.392-3-SSP/SP
Endereço: Rua José Soares Hungria Filho, nº266, Residencial Ouro Ville
Telefone: (015) 3376-9600
e-mail: luisdifiori@difiori.com.br

Responsável pelo atendimento a requisição de documentos do TCESP

e-mail:
Telefone e Fax: (0xx15) 3376-9600
Endereço Comercial do Órgão/Setor: Praça dos Três Poderes, n. 1000, Jd. Marabá, Itapetininga
Cargo: Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Nome: Antonio Marcos da Silva Polyceno

Itapetininga, _____ de _____ de 2014

ANTONIO MARCOS DA SILVA POLYCENO SECRETÁRIO DE PROMOÇÃO SOCIAL